

O PAPEL DO PROFESSOR DE DIREITO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS UNIVERSIDADES

Azel Lins de Oliveira¹

Prof. Daniel Da Costa Araújo²

Prof. Geilson da Silva Pereira³

Renara Evellyn da Silva Oliveira⁴

RESUMO

O avanço da inteligência artificial (IA) tem transformado o ensino superior, trazendo desafios e oportunidades, especialmente no campo jurídico, onde a formação demanda habilidades analíticas e interdisciplinares. Este artigo analisa as implicações da IA no ensino jurídico, destacando como os professores podem utilizá-la para enriquecer suas práticas pedagógicas e preparar os alunos para um mercado profissional tecnológico. A metodologia qualitativa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise crítica de fontes acadêmicas. Os resultados apontam benefícios como a personalização do aprendizado, simuladores jurídicos e maior eficiência docente. Contudo, desafios como resistências institucionais e culturais, falta de infraestrutura e a necessidade de capacitação docente dificultam a adoção plena da IA. O estudo conclui que a IA não substitui o professor, mas transforma seu papel, promovendo interdisciplinaridade e adaptando o ensino jurídico às exigências contemporâneas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Docência Jurídica; Ensino Jurídico; Educação.

1 INTRODUÇÃO

Nas intercepções históricas em que a educação foi impactada por inovações tecnológicas — como a prensa de tipos móveis, a internet e, mais recentemente, a inteligência artificial (IA)

¹ Acadêmica de Direito – Graduanda em Direito – Christus Faculdade do Piauí.

² Professor do curso de Direito - Christus Faculdade do Piauí.

³ Professor do curso de Direito - Christus Faculdade do Piauí.

⁴ Acadêmica de Direito – Graduanda em Direito – Christus Faculdade do Piauí.

— surgiram deslocamentos significativos no papel do professor, exigindo não apenas adaptação técnica, mas também reformulação epistemológica de sua prática pedagógica. Essas transformações, que começaram a ser notadas em períodos passados, continuam a afetar o cenário educacional contemporâneo, principalmente com o advento da Era da Indústria 4.0. Este novo cenário é marcado pela conectividade digital, pela automação inteligente e pelo uso massivo de dados, fazendo da IA uma das forças transformadoras que alteram profundamente o panorama educacional (CARDIN; WOLOWSKI, 2021).

A inteligência artificial, no seu sentido contemporâneo, abrange sistemas que imitam aspectos da cognição humana, como aprendizado, análise preditiva e linguagem natural, sustentados por algoritmos de machine learning e deep learning. Através de sua capacidade de processar grandes volumes de dados e aprender com o tempo, a IA tem o poder de tomar decisões sem a necessidade de programação explícita, o que a torna uma ferramenta poderosa e adaptável. No campo educacional, a IA já se manifesta em várias formas, desde correções automatizadas de tarefas até plataformas que personalizam trilhas de aprendizagem para os alunos. Isso tem potencializado a experiência de ensino, mas também desafiado o papel tradicional do educador, especialmente em relação ao ensino jurídico.

Historicamente, o professor de Direito ocupou uma posição de centralidade na mediação do conhecimento normativo, na formação ética e no desenvolvimento do raciocínio jurídico dos alunos. Contudo, a inteligência artificial introduz novas questões sobre o futuro dessa função, principalmente ao permitir a automação de tarefas que antes eram realizadas exclusivamente por humanos, como a análise de jurisprudência, a redação de peças jurídicas e a simulação de processos. Embora a tecnologia avance de forma exponencial, ainda persiste um debate sobre sua capacidade de substituir o professor, especialmente nas dimensões que envolvem a criticidade, a ética, os valores e a subjetividade, aspectos essenciais da formação humana no ensino jurídico (SANTOS et al., 2023).

É nesse cenário que surge o deslocamento do papel do professor de Direito — de transmissor de conteúdos para mediador do conhecimento, integrador de saberes interdisciplinares e curador crítico das ferramentas digitais. Em um mundo cada vez mais híbrido, no qual o digital e o humano coexistem, espera-se que o docente desenvolva não apenas habilidades técnicas,

mas também competências socioemocionais, éticas e pedagógicas para lidar com os desafios que a IA impõe à educação (COSTA JÚNIOR et al., 2025). Nesse contexto, a IA não elimina a figura do professor, mas ressignifica a sua função, reconfigurando as práticas pedagógicas no ambiente jurídico.

2 OBJETIVO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as implicações da inteligência artificial no ensino jurídico contemporâneo, com foco nas competências que o professor de Direito deve desenvolver para permanecer relevante em um cenário educacional cada vez mais automatizado e complexo. Entre os objetivos específicos, destaca-se: contextualizar os desafios enfrentados pelos docentes jurídicos na incorporação da IA em sua prática pedagógica cotidiana; e explorar as possibilidades de colaboração entre professores e sistemas inteligentes no aprimoramento das práticas educacionais. Portanto, ao refletir sobre a docência jurídica na era da inteligência artificial, este trabalho propõe não uma substituição do professor, mas uma ressignificação de seu papel, assumindo-o como protagonista de um novo paradigma educacional que articula tradição jurídica com inovação tecnológica.

3 MÉTODO

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica crítica, com o objetivo de compreender as transformações no papel do professor de Direito frente à inteligência artificial. A metodologia permite analisar não apenas os aspectos técnicos, mas também os impactos pedagógicos, éticos e institucionais. A revisão foi realizada com fontes acadêmicas atuais e relevantes — como artigos, livros, relatórios e documentos normativos — selecionadas por critérios de atualidade, credibilidade e pertinência aos temas de docência jurídica, IA educacional e mudanças metodológicas no ensino superior. As buscas foram feitas em bases como Google Scholar, SciELO e Periódicos CAPES. Os textos foram analisados criticamente e organizados em categorias temáticas como inovação pedagógica, competências docentes, personalização do ensino, metodologias ativas, desafios institucionais e ética. Esse processo possibilitou uma reflexão fundamentada sobre a ressignificação da docência jurídica diante dos avanços da IA.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incorporação da inteligência artificial (IA) ao ensino jurídico representa um marco significativo na transformação das práticas pedagógicas no ensino superior. Os resultados obtidos ao longo desta análise revelam que a IA oferece um leque de ferramentas que potencializam o processo de ensino-aprendizagem, promovendo não apenas a personalização do conteúdo, mas também a ampliação de experiências práticas e reflexivas no ambiente acadêmico.

Entre os benefícios mais evidentes, destaca-se o uso de plataformas digitais com sistemas de tutoria inteligente, que adaptam o ritmo e o conteúdo de acordo com as necessidades de cada aluno, promovendo um aprendizado mais efetivo e individualizado. Ferramentas de análise de dados educacionais auxiliam o docente na compreensão do desempenho discente, permitindo intervenções pedagógicas mais direcionadas. Simuladores jurídicos baseados em IA, por sua vez, propiciam aos alunos a vivência de situações reais do universo jurídico, como audiências simuladas, elaboração de peças processuais e construção de argumentos, aproximando o conteúdo teórico da realidade profissional (COSTA JÚNIOR et al., 2025).

Outro aspecto relevante observado é que a IA contribui para a reorganização do papel docente. Ao assumir funções como correções automatizadas, organização de tarefas e atendimento a dúvidas frequentes, as tecnologias permitem que o professor se dedique a atividades mais estratégicas, como mediação de debates, orientação crítica e desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Assim, o docente deixa de ser mero transmissor de conteúdo e assume um papel de facilitador e curador do conhecimento, especialmente em uma área como o Direito, que exige constante reflexão ética e interpretação contextualizada das normas (SANTOS et al., 2023).

Contudo, os desafios ainda são numerosos. A resistência institucional à inovação, a falta de infraestrutura adequada, sobretudo em instituições públicas e periféricas, e a ausência de formação docente contínua são barreiras concretas à ampla implementação da IA no ensino jurídico. Além disso, o apego às metodologias tradicionais e à centralidade da figura do professor como detentor exclusivo do saber dificulta a adoção de práticas pedagógicas mais colaborativas e tecnológicas (CARDIN; WOŁOWSKI, 2021).

O receio de que a IA possa substituir a presença humana na educação também é uma preocupação recorrente. No entanto, como os dados e análises sugerem, o papel do professor não é suprimido, mas deslocado. Conforme apontado por Santos et al. (2023), esse deslocamento implica uma reformulação das competências docentes, exigindo criatividade, sensibilidade e domínio das novas linguagens digitais. A IA é vista não como ameaça, mas como ferramenta que amplia a capacidade humana de ensinar e aprender em um mundo cada vez mais complexo e automatizado.

A interdisciplinaridade emerge como pilar estratégico nesse processo. A formação jurídica atual exige que o aluno compreenda, além do conteúdo normativo, as implicações tecnológicas, éticas e sociais do uso de sistemas automatizados de apoio à decisão legal. Nesse sentido, a aproximação entre o Direito, a ciência de dados, a lógica computacional e a análise preditiva se torna essencial para preparar profissionais capazes de atuar com eficiência, criticidade e responsabilidade em um mercado em constante transformação.

Assim, a discussão revela que o verdadeiro desafio não está na tecnologia em si, mas na capacidade institucional, pedagógica e humana de usá-la de forma crítica, ética e transformadora. Superar os obstáculos requer não apenas recursos, mas sobretudo uma mudança de mentalidade e a valorização da formação docente como eixo central da inovação. A colaboração entre professores e sistemas de IA, portanto, não é uma alternativa, mas uma exigência para garantir que o ensino jurídico continue relevante, inclusivo e conectado às necessidades do século XXI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações tecnológicas impulsionadas pela inteligência artificial impõem ao ensino jurídico uma necessidade urgente de reformulação de métodos, conteúdos e, sobretudo, da função docente. Este artigo demonstrou que a IA, embora carregue consigo desafios importantes — como a carência de infraestrutura, a resistência institucional e o risco de desumanização do ensino — também oferece oportunidades valiosas para tornar a aprendizagem mais eficaz, personalizada e conectada à realidade profissional.

Nesse contexto, o professor de Direito não é substituído, mas reposicionado como protagonista da inovação pedagógica. Sua missão se amplia: além de transmitir o conteúdo jurídico, ele deve atuar como mediador ético, orientador crítico e articulador de saberes

interdisciplinares. Isso requer investimento contínuo em formação docente, políticas educacionais inclusivas e cultura institucional aberta à experimentação e à tecnologia.

Adotar a IA no ensino jurídico de forma responsável e humanizada significa não apenas utilizar ferramentas tecnológicas, mas refletir sobre seus impactos sociais, éticos e formativos. Trata-se de colocar a tecnologia a serviço da educação emancipadora, valorizando o pensamento crítico, a criatividade e o compromisso com a justiça social. Assim, a IA pode deixar de ser uma ameaça e se tornar um instrumento essencial para a construção de um ensino jurídico mais relevante, acessível e transformador.

REFERÊNCIAS

BARROS, Reviu. **Tecnologia e a formação de professores universitários: desafios e perspectivas.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 994-1000, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i11.3129>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira. **Implicações jurídicas do uso da inteligência artificial no processo educacional: pode a máquina substituir um professor humano?** *Revista Jurídica Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, n. 63, p. 198–220, jan./mar. 2021.

COSTA JÚNIOR, João Fernando et al. **Docentes na era da inteligência artificial: competências e desafios na educação contemporânea.** *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 8815–8832, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n2-247>.
PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. *Nuances*, São Paulo, v. III, p. 5–13, set. 1997.

SANTOS, Roger dos; PROFETA, Guilherme Augusto Caruso; PROFETA, Rogério Augusto. **Por uma (não)reinvenção da educação: a inteligência artificial e o deslocamento do papel tradicionalmente atribuído ao professor.** *Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 3, p. 640–657, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v48i3.75784>.

SIMÕES, Débora Brunes et al. **Diálogos sobre a educação digital: reflexões pedagógicas sobre a inteligência artificial e o ChatGPT.** *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 6, p. 01–12, jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.6-236>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SOUZA, Átila de et al. **Inteligência artificial e aprendizado adaptativo no contexto educacional.** *Revista Ilustração*, Cruz Alta, v. 5, n. 9, p. 73–90, 2024.

TAVARES, Luis Antonio; MEIRA, Matheus Carvalho; AMARAL, Sergio Ferreira do.

Inteligência artificial na educação: survey. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.

6, n. 7, p. 48699–48714, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-496>.

Acesso em: 5 dez. 2024.